



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPANCIRETÃ

Estado do Rio Grande do Sul

R: Exp. João Moreira Alberto, 181 – Cep 98.170-000

Fone (55) 3272 7500 / 3272 1864 - Fax-(55) 3272 2433 – licitacao@tupancireta.rs.gov.br

PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2015
REGISTRO DE PREÇO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM
PARA COMPETIÇÕES MUNICIPAIS

IMPORTANTE:

INÍCIO DE ACOLHIMENTO DE PROPOSTA: 19/11/2015 ÀS 8H50MIN

LIMITE PARA IMPUGNAÇÃO: 17/11/2015 ATÉ ÀS 9 HORAS

INÍCIO DOS LANCES: 19/11/2015 ÀS 9 HORAS

SITES: www.cidadecompras.com.br e www.tupancireta.rs.gov.br

CONTATO: (55) 3272 2433 – e-mail: licitacao@tupancireta.rs.gov.br

HORÁRIO EXPEDIENTE: das 7 horas às 13 horas

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: (informando o nº da licitação)

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPANCIRETÃ

Rua: Expedicionário João Moreira Alberto, 181 – Centro – Tupanciretã.

Sites: www.cidadecompras.com.br e www.tupancireta.rs.gov.br

E-mail: licitacao@tupancireta.rs.gov.br

Pregoeira: Dejanira Klimick de Oliveira

Contato Pregoeira: (55) 3272-7506

Contato Setor de Licitações: (55) 3272-2433 / 3272 7511



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPANCIRETÃ

Estado do Rio Grande do Sul

R: Exp. João Moreira Alberto, 181 – Cep 98.170-000

Fone (55) 3272 7500 / 3272 1864 - Fax-(55) 3272 2433 – licitacao@tupancireta.rs.gov.br

EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2015

O MUNICÍPIO DE TUPANCIRETÃ – RS, através de seu Prefeito, Senhor **CARLOS AUGUSTO BRUM DE SOUZA**, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, para **REGISTRO DE PREÇO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA COMPETIÇÕES MUNICIPAIS**, conforme especificações constantes do **Anexo I** deste Edital, de acordo com as disposições da Lei 10.520/02, do Decreto Municipal 2790/2007 e, subsidiariamente, da Lei 8.666, de 21.06.1993, bem como as condições a seguir estabelecidas.

1 – TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Processo: 3574, de 10/09/2015

1.2 Não se aplica a este certame o disposto nos arts. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006 (exclusividade para microempresas/empresas de pequeno porte), em razão de não haver 03 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte, sediados local ou regionalmente, **cadastrados** até a data deste edital junto ao Setor de Licitações e Contratos do Município de Tupanciretã, nos termos do art. 49, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentada pelos Decretos Municipais nº 4789/2015 e nº 4790/2015.

1.3. Os envelopes, contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação, definidos neste Edital, deverão ser entregues ao Pregoeiro, designado pela Portaria nº 20.601, de 18/02/2014, no Centro Administrativo, localizado na Rua Expedicionário João Moreira Alberto, nº 181, **no dia 19 de novembro de 2015, até às 9 horas, quando será realizada a Sessão Pública de abertura.**

1.4. Os interessados poderão adquirir o presente Edital em sua íntegra, através dos sites: www.cidadecompras.com.br e www.tupancireta.rs.gov.br, sendo que maiores informações serão fornecidas pelo e-mail: licitacao@tupancireta.rs.gov.br, ou pelo telefone (55) 3272 2433 /3272 7511.

1.5. As despesas decorrentes da execução desta licitação correrão por conta de Dotação Orçamentária do Órgão da Administração Municipal que vier fazer uso do Registro de Preço, recursos estes previstos no orçamento do Município.

1.6 O critério de aceitabilidade de preço está condicionado aos valores estabelecidos no **Preço de Referência – Anexo II do Edital.**

2 DO OBJETO

2.1 É objeto da presente licitação o **REGISTRO DE PREÇOS DE SERVIÇOS ARBITRAGEM PARA COMPETIÇÕES MUNICIPAIS**, de acordo com as especificações constantes no **ANEXO I**, parte integrante deste edital.

2.2 O acompanhamento e a fiscalização da realização dos serviços serão de responsabilidade da Secretária Municipal de Esporte, Cultura e Turismo, **Srª Janete Lúcia Secchi**, ou outro funcionário expressamente por ela designado.

2.3 As datas e os horários dos jogos dos campeonatos e/ou do evento serão previamente agendados por servidor designado pela Secretária Municipal de Esporte, Cultura e Turismo, sendo que o proponente vencedor deverá ter disponibilidade para arbitrar durante a semana e nos finais de semana, nos turnos manhã, tarde, vespertino e noite, conforme tabelas de jogos e horários das competições.

2.4 O proponente vencedor deverá estar ciente da responsabilidade de disponibilizar **árbitros, assistentes e mesários**, com comprovada experiência e maiores de idade, independentemente de qual seja a data agendada para a realização dos jogos, na quantidade prevista para cada categoria, conforme especificação constante do anexo I do edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPANCIRETÃ

Estado do Rio Grande do Sul

R: Exp. João Moreira Alberto, 181 – Cep 98.170-000

Fone (55) 3272 7500 / 3272 1864 - Fax-(55) 3272 2433 – licitacao@tupancireta.rs.gov.br

2.5 Toda equipe de arbitragem deverá estar no local dos jogos com no mínimo 30 minutos antes do início dos jogos, conforme horário previsto no cronograma do campeonato.

2.6 A equipe de arbitragem deverá comparecer no local de realização dos jogos devidamente uniformizados, portando todo o material necessário à prestação dos serviços, tais como apito, cartões, cronômetro, bandeiras para os assistentes, etc, bem como um uniforme reserva para o caso de coincidir com o uniforme das equipes.

2.7 A equipe deverá arbitrar de acordo com as regras oficiais, respeitando os pormenores do regulamento oficial das competições, bem como estarem inteiradas com os objetivos e finalidades dos jogos e com o processo educativo da competição.

2.8 Caberá ao mesário o preenchimento da súmula de forma correta e clara, anotando todos os fatos ocorridos durante o jogo, conforme relato do árbitro.

2.9 A duração dos jogos e/ou eventos serão assim definidos:

- **Turno** = 8 horas + 1 hora em caso de prorrogação
- **Unidade** = conforme cronograma do evento
- **Jogos** – Deverão ser respeitados os tempos regulamentares para cada modalidade

2.10 O servidor designado pela Secretária Municipal de Esporte, Cultura e Turismo reserva-se o direito de exigir a troca do Mesário ou qualquer integrante da equipe da arbitragem, caso o serviço não esteja sendo realizado de forma satisfatória.

2.11 As súmulas dos jogos deverão ser entregues ao final de cada rodada ao servidor indicado pela Secretária Municipal de Esporte, Cultura e Turismo.

2.12 Os jogos que por ventura venham a ser interrompidos e que necessite de conclusão e/ou realização de nova partida, serão considerados como sendo um único jogo para efeito de pagamento.

2.13 Todas as despesas, tais como transporte, deslocamentos, estada, alimentação, bem como fardamentos e demais materiais que se fizerem necessários ao desenvolvimento da prestação dos serviços, correrão por conta do proponente vencedor.

2.14 Aquele que estiver atuando na equipe de arbitragem ficará impedido de participar em 2015/2016 na condição de atleta ou dirigente de Equipe, de toda e qualquer competição organizada pela Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo.

2.15. Os serviços serão solicitados de acordo com a necessidade do Município de Tupanciretã.

2.16. As quantidades, constantes neste edital, são uma estimativa para o período de 12 (doze) meses, podendo ser adquirida para mais ou para menos, a critério da Administração Municipal.

3 – LOCAL, DATA E HORA DE RECEBIMENTO E DE ABERTURA DOS ENVELOPES

3.1. A Sessão Pública será realizada nas dependências da Prefeitura de Tupanciretã, sito na Rua Exp. João Moreira Alberto, 181 – Centro, **no dia 19 de novembro de 2015, às 9 horas**, quando os interessados deverão apresentar os envelopes nº 1 - Proposta de Preços e nº 2 - Documentos de Habilitação ao Pregoeiro.

3.2. Serão aceitos os envelopes enviados através de via postal, desde que entregues antes do horário de abertura da licitação, que contenham toda a **documentação necessária para o credenciamento** e que a proposta esteja assinada por representante devidamente constituído.

3.3. Para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, **é obrigatória a presença do licitante ou de seu representante legal** em todas as sessões públicas referentes a licitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPANCIRETÃ

Estado do Rio Grande do Sul

R: Exp. João Moreira Alberto, 181 – Cep 98.170-000

Fone (55) 3272 7500 / 3272 1864 - Fax-(55) 3272 2433 – licitacao@tupancireta.rs.gov.br

3.4. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e hora, independentemente de nova comunicação.

4 - DO CREDENCIAMENTO

4.1. As empresas interessadas, através de seus representantes legais, poderão **credenciar-se**, mediante apresentação de documento próprio, **junto ao Pregoeiro e/ou Equipe de Apoio, das 8h50min às 9 horas, do dia 19 de novembro de 2015**, que, devidamente identificados e credenciados por meio legal, serão os únicos admitidos a intervir no procedimento licitatório.

4.1.1 Documentação que deverá ser apresentada no momento do credenciamento:

a) Sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemblado deverá apresentar cópia do Registro Comercial, no caso de empresa individual, ou Contrato Social, Estatuto, Ato Constitutivo, em se tratando de sociedades comerciais, devidamente registrado.

b) Sendo representante indicado pela empresa deverá apresentar Instrumento público ou particular de procuração ou Termo de Credenciamento, acompanhado do ato de investidura do outorgante como dirigente da empresa;

c) Cópia autenticada do documento de identidade com foto do sócio/proprietário/dirigente ou do representante indicado pela empresa (obrigatória para os presentes na sessão pública);

d) Declaração dando ciência de que a empresa preenche plenamente os requisitos de habilitação estabelecidos no presente edital (**modelo Anexo III**).

4.1.2 **Nenhuma pessoa física ou jurídica, ainda que credenciada por procuração legal, poderá representar mais de um proponente na mesma licitação.**

4.1.3. A documentação referente ao credenciamento deverá ser apresentada fora dos envelopes das propostas e da habilitação.

4.2. O credenciamento far-se-á por meio de **Instrumento público ou particular de procuração**, este com a firma do outorgante devidamente reconhecida, em que conste o nome da empresa, bem como de todas as pessoas com poderes para a outorga da procuração, e, também, o nome do outorgado, constando a indicação de amplos poderes para formulação de ofertas e lances de preços e para praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome do proponente ou, sendo sócio, dirigente, proprietário ou assemblado, deverá apresentar cópia do Estatuto, Contrato Social ou Declaração de Firma Individual, no qual estejam expressos seus poderes.

4.3. O Instrumento de Procuração poderá ser substituído pelo **Termo de Credenciamento (modelo Anexo IV)**.

4.4. Nos casos de credenciamento por Instrumento de Procuração ou pelo Termo de Credenciamento, os referidos documentos deverão ser acompanhados do ato de investidura do outorgante como dirigente da empresa.

4.5. Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar o credenciamento para o representante da empresa, a falta de qualquer uma delas **invalida** o documento para os fins deste procedimento licitatório.

5 - PROPOSTA DE PREÇOS

5.1. A **PROPOSTA DE PREÇOS – Envelope nº 1**, deverá ser datilografada ou impressa eletronicamente em papel com identificação da empresa, em 01 (uma) via, redigida em linguagem clara, sem emendas ou rasuras, identificada e assinada na última página e rubricada nas demais pelo representante legal da proponente, a ser entregue em envelope opaco, lacrado, indevassável e rubricado no lacre, contendo, na parte externa e frontal, as indicações:



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPANCIRETÃ

Estado do Rio Grande do Sul

R: Exp. João Moreira Alberto, 181 – Cep 98.170-000

Fone (55) 3272 7500 / 3272 1864 - Fax-(55) 3272 2433 – licitacao@tupancireta.rs.gov.br

PREGOEIRA MUNICIPAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2015

ENVELOPE 01 – PROPOSTA DE PREÇOS

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA:

CNPJ:

5.2. Na proposta deverão ficar perfeitamente definidos:

5.2.1. A razão social do proponente, a inscrição no CNPJ, o endereço, o nome do representante legal, identificado através de seu CPF e o cargo que ocupa na empresa.

5.2.2. Referência ao número deste Edital e do objeto da licitação correspondente.

5.2.3. Proposta financeira de acordo com os preços praticados no mercado, em moeda corrente nacional (R\$), com duas casas decimais após a vírgula, considerando as condições deste edital.

5.2.4. Prazo de validade da proposta, o qual não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias contados da data da abertura da licitação. Se por falha do proponente a proposta não indicar o prazo de sua validade, esta será considerada válida por 60 (sessenta) dias independentemente de qualquer outra manifestação.

5.3 A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 à 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, deverá apresentar no **envelope nº 1 – Da proposta**, declaração firmada por contador ou Certidão simplificada emitida pela Junta Comercial, de que se **enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte**.

5.4. Todos os insumos que compõem o preço, tais como despesas com impostos, taxas, seguros, salários, encargos sociais, transporte, deslocamentos, estada, alimentação, fardamentos e quaisquer outras que incidam direta ou indiretamente na execução dos serviços, correrão por conta do proponente.

5.5. Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender, no todo ou em parte, quaisquer das disposições deste edital, sejam omissas ou apresentem irregularidades insanáveis, bem como aquelas manifestadamente inexequíveis, presumindo-se como tais, as que contiverem valores irrisórios ou excessivos, ou aquelas que ofertarem alternativas.

5.6. A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

5.7. Não serão aceitas propostas com ofertas não previstas neste edital, nem preços ou vantagens baseados nas ofertas das demais proponentes.

5.8. **Após a apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Pregoeira.**

6 - DA HABILITAÇÃO

6.1. Para habilitação a empresa vencedora deverá apresentar no envelope nº 2 – Documentos de Habilitação, abaixo discriminados, em 1 (uma) via original ou em cópias autenticadas, obrigando-se o proponente a fornecer ao Pregoeiro os originais correspondentes em qualquer época que lhes forem solicitados.

6.1.1. Não serão aceitos protocolos, documentos em cópia não autenticada, nem documentos com prazo de validade vencido.

6.1.2. Os proponentes interessados na autenticação de cópias, por funcionário da unidade que realiza a licitação, deverão solicitar a autenticação **até às 8h50min do dia 19/11/2015**, comparecendo ao Setor de Licitações da Prefeitura de Tupanciretã com as cópias e os documentos originais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPANCIRETÃ

Estado do Rio Grande do Sul

R: Exp. João Moreira Alberto, 181 – Cep 98.170-000

Fone (55) 3272 7500 / 3272 1864 - Fax-(55) 3272 2433 – licitacao@tupancireta.rs.gov.br

6.1.3 Os documentos obtidos pela INTERNET não necessitarão de autenticação, devendo o proponente apresentar os respectivos documentos de forma legível e constando o endereço eletrônico no cabeçalho ou rodapé da página.

6.1.4. Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar no prazo de validade. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua emissão, exceto para o comprovante de inscrição no CNPJ e para os documentos de Qualificação Técnica, se for solicitado.

6.1.5. É requisito essencial para habilitação nesta licitação que os proponentes tenham, devidamente caracterizados em pelo menos um documento (contrato social, alvará ou CNPJ), atividade compatível com o objeto licitado.

6.1.6. Os documentos necessários a HABILITAÇÃO deverão ser apresentados em envelope indevassável, lacrado, contendo identificação do proponente na face externa e ainda os dizeres:

**PREGOEIRA MUNICIPAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2015
ENVELOPE Nº 2 – DOCUMENTAÇÃO
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
CNPJ**

6.2. Para fins de habilitação neste Pregão, os proponentes deverão apresentar, dentro do ENVELOPE Nº 2, a seguinte documentação:

6.2.1. Documentos relativos à habilitação jurídica:

6.2.1.1 Registro Comercial, no caso de **empresa individual**; Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de **sociedades comerciais**, e, no caso de **sociedades por ações**, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; Inscrição do ato constitutivo, no caso de **sociedades civis**, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

Obs.: O proponente que apresentou o contrato social ou o documento equivalente no credenciamento não precisará apresentá-lo no envelope nº 2 – Habilitação, ou seja, sua ausência nos documentos de habilitação não será motivo para inabilitação, pois o documento estará constando do processo licitatório.

6.2.2. Documentos relativos a Regularidade Fiscal e Trabalhista:

6.2.2.1 Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

6.2.2.2 Alvará de Funcionamento expedido pelo município da jurisdição fiscal da pessoa jurídica (caso a validade do alvará estiver condicionada ao pagamento da Taxa de Fiscalização e Vistoria, o proponente também deverá apresentar comprovante do pagamento);

6.2.2.3 Certidão Negativa Municipal do domicílio ou sede da empresa;

6.2.2.4 Certidão Negativa Estadual do domicílio ou sede da empresa;

6.2.2.5 Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, **abrangendo a regularidade das contribuições previdenciárias e de terceiros**, do domicílio ou sede do proponente, com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1751, de 02/10/2014;

6.2.2.6 Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

6.2.2.7 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida pela Justiça do Trabalho.

6.2.3. Documentos relativos a Qualificação Econômico-Financeira:



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPANCIRETÃ

Estado do Rio Grande do Sul

R: Exp. João Moreira Alberto, 181 – Cep 98.170-000

Fone (55) 3272 7500 / 3272 1864 - Fax-(55) 3272 2433 – licitacao@tupancireta.rs.gov.br

6.2.3.1 Certidão negativa de falência ou de recuperação judicial, expedida no domicílio ou sede da pessoa jurídica, (caso não contenha validade, não será aceita com data de emissão superior a sessenta dias).

6.2.4. Documentos relativos a Qualificação Técnica:

6.2.4.1 Declaração (**modelo Anexo V**) de que disponibilizará profissionais capacitados e qualificados para realização dos serviços de arbitragem, dentro dos padrões de qualidade exigidos.

6.2.4.2 Declaração (**modelo Anexo VI**) subscrita pelo representante legal da proponente de que ela não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando:

- que não foi declarada inidônea pelo Poder Público;
- que não está impedida de transacionar com a Administração Pública;
- que não foi penalizada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;
- que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no art. 9º da Lei 8.666/93;
- que não tem em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços prestados, inclusive de consultoria, assistência técnica ou assemelhados.

6.2.4.3 Declaração de atendimento à norma do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional 20/98, que proíbe trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos (**modelo Anexo VII**).

6.3 O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. **A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das declarações** nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

6.4 A Microempresa – ME e a Empresa de Pequeno Porte – EPP, deverá apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição.

a) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, a microempresa ou empresa de pequeno porte poderá requerer a suspensão da sessão pelo prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para regularização dos documentos relativos à regularidade fiscal.

b) A não regularização da documentação no prazo previsto neste item, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8666/93, sendo facultado ao Pregoeiro convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação ou submeter o processo à Autoridade Competente para revogação.

6.5 Não tendo a empresa, classificada como vencedora do certame, apresentado a documentação exigida, será esta desclassificada, podendo a ela ser aplicada as penalidades previstas na legislação que rege o procedimento, e será convocada a empresa seguinte na ordem de classificação, observadas as mesmas condições propostas pela vencedora do certame.

6.6 A documentação, na fase pertinente, será rubricada pelo Pregoeiro e pelos representantes legais presentes e depois de examinada será anexada ao processo desta licitação, sendo inabilitados aqueles proponentes cuja documentação apresente irregularidades.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPANCIRETÃ

Estado do Rio Grande do Sul

R: Exp. João Moreira Alberto, 181 – Cep 98.170-000

Fone (55) 3272 7500 / 3272 1864 - Fax-(55) 3272 2433 – licitacao@tupancireta.rs.gov.br

6.7 Os envelopes de documentação deste Pregão que não forem abertos serão devolvidos após a adjudicação do vencedor e da homologação da presente licitação. Os envelopes que não forem retirados ficarão no Setor de Licitações, pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias, após serão inutilizados.

7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

7.1. Somente poderão participar desta licitação os interessados que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus anexos, bem como apresentarem a documentação exigida.

7.2. Não poderão participar desta licitação:

7.2.1. empresas que se encontre em regime de concordata ou em processo de falência, sob concurso de credores, liquidação, dissolução, etc;

7.2.2. empresas que, na data designada para a apresentação da documentação e das propostas, estejam suspensas de participar de licitações e/ou impedidas de contratar com qualquer esfera da Administração Pública, ou tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, não tendo sido ainda reabilitadas.

7.2.3. empresas que tenham em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços prestados, inclusive de consultoria, assistência técnica ou assemelhados, conforme vedação prevista no inciso XII, art. 20 da Lei 12.465/2011.

8 - FORMULAÇÃO DOS LANCES

8.1. Poderão os autores das propostas oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

8.2. No curso da sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidados, individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.

8.3. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

8.4. A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços, sendo admitida a disputa para toda a ordem de classificação.

8.5. É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

8.6. Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se o proponente desistente as penalidades constantes deste Edital.

8.7 Na etapa de lances não será permitida a realização de ligações telefônicas, tendo em vista que a conversa tumultua e prejudica o andamento do processo e a oferta dos lances pelos demais participantes.

8.7.1 Poderão ser usados todos os outros meios de comunicação, desde que de forma silenciosa, tais como: mensagens de texto, uso da internet por telefone, tablet ou computadores.

9 - DOS PROCEDIMENTOS DA LICITAÇÃO

9.1. Aberta a Sessão, os interessados ou seus representantes legais entregarão à Pregoeira, devidamente lacrados, os envelopes nº 1 e nº 2 e apresentarão, em separado, declaração dando ciência de que preenchem plenamente os requisitos de habilitação.

9.2. Em nenhuma hipótese serão recebidas documentação e proposta fora do prazo estabelecido neste edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPANCIRETÃ

Estado do Rio Grande do Sul

R: Exp. João Moreira Alberto, 181 – Cep 98.170-000

Fone (55) 3272 7500 / 3272 1864 - Fax-(55) 3272 2433 – licitacao@tupancireta.rs.gov.br

9.3. Serão abertos, pela Pregoeira, todos os envelopes contendo as propostas de preços, ocasião em que se procederá a verificação da sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.

9.3.1. Havendo divergência entre o valor unitário e o global correspondente, prevalecerá o cotado em preço unitário, devendo a Pregoeira proceder à correção no valor global.

9.4. No curso da Sessão, a Pregoeira classificará o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores crescentes não superiores a 10% (dez por cento) da de menor preço.

9.5. Não havendo, pelo menos 03 (três) propostas de preços escritas, nas condições fixadas no item anterior, a Pregoeira classificará, dentre os presentes, até o máximo de 03 (três), número que poderá ser ampliado em caso de empate, as melhores propostas subseqüentes, para que seus autores participem de lances verbais quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

9.6. Para oferta de lances, a Pregoeira convidará, individualmente, os proponentes classificados, a partir do autor da proposta de maior preço, e as demais, em ordem decrescente de valor, devendo a oferta ser feita por valor unitário.

9.7. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pela Pregoeira, implicará na exclusão do proponente desta fase do certame, caso em que valerá para o julgamento o valor da proposta escrita.

9.8. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pela Pregoeira, os proponentes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

9.9. Dos lances ofertados não caberá retratação.

9.10. Caso não se realize lances verbais, a Pregoeira examinará a proposta classificada em 1º (primeiro) lugar, quanto ao objeto e valor, e decidirá motivadamente a respeito de sua aceitabilidade.

9.11. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagadas pela Pregoeira, as licitantes manifestarem desinteresse em apresentar novos lances.

9.12. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas de acordo com o menor preço apresentado, se a licitante classificada em primeiro lugar não for uma microempresa ou uma empresa de pequeno porte, a Pregoeira procederá à verificação se alguma licitante ME ou EPP ofereceu lance final com preço até 5% superior ao melhor registrado. Havendo licitante nessa condição, a Pregoeira convocará a mais bem classificada para ofertar, no prazo máximo de cinco minutos, nova proposta inferior àquela inicialmente vencedora da fase de lances. Havendo proposta, esta será considerada vencedora.

9.12.1. Caso a ME ou EPP mais bem classificada não apresente proposta inferior àquela inicialmente vencedora, serão convocadas, pela ordem de classificação, as ME ou EPP remanescentes, que tiveram lance final com preço até 5% superior ao melhor registrado, para apresentar nova proposta na forma do disposto no item anterior.

9.12.2. No caso de equivalência de valores apresentados pelas ME ou EPP, que tiveram lance final com preço até 5% superior ao melhor registrado, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a nova proposta. Contudo, só será dada a oportunidade de apresentar nova proposta às demais ME ou EPP com preços equivalentes, no caso de desistência da contemplada no sorteio, a exemplo do exposto no item anterior.

9.12.3. Caso a primeira classificada for uma “microempresa” ou de “empresa de pequeno porte”, conforme o art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, será ela considerada vencedora, e a Pregoeira procederá à abertura do envelope contendo os documentos de “HABILITAÇÃO” da referida licitante, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas neste edital.

9.12.4. Não ocorrendo a apresentação de propostas menores que a da primeira classificada não ME ou EPP, essa será considerada vencedora, e a Pregoeira procederá à abertura do envelope contendo os documentos de “HABILITAÇÃO” da referida licitante, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas neste edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPANCIRETÃ

Estado do Rio Grande do Sul

R: Exp. João Moreira Alberto, 181 – Cep 98.170-000

Fone (55) 3272 7500 / 3272 1864 - Fax-(55) 3272 2433 – licitacao@tupancireta.rs.gov.br

9.13. Caso o proponente classificado em 1º (primeiro) lugar seja inabilitado, a Pregoeira examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda aos requisitos do edital.

9.14. Verificado o atendimento das exigências fixadas neste edital, o proponente será declarado vencedor.

9.15. Em qualquer das hipóteses anteriores, ainda poderá a Pregoeira negociar, diretamente, com o proponente para que seja obtido preço melhor.

9.16. Quando todas as propostas forem desclassificadas ou todos os proponentes forem inabilitados, a Administração poderá fixar aos proponentes, na forma do art. 48, § 3º da Lei 8.666/93, prazo para a apresentação de nova proposta ou documentação, em sessão pública a ser definida pela Pregoeira.

9.17. Qualquer proponente, desde que presente ou devidamente representado na Sessão, poderá **manifestar imediata e motivadamente, no final da mesma, a intenção de recorrer**, quando lhe será concedido prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões de recurso, ficando os demais proponentes, desde logo, intimados para apresentarem contra-razões, em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo daquele recorrente.

9.17.1. Os recursos deverão ser dirigidos à Pregoeira, em processos protocolados na Prefeitura de Tupanciretã.

9.18. Após a análise dos recursos interpostos, a Pregoeira dará ciência do parecer a todas as empresas presentes ou devidamente representadas no certame, para que, se entenderem necessário, apresentem suas contra-razões, no prazo especificado no item 9.17.

9.19. A falta de manifestação imediata e motivada do proponente em interpor recurso, na sessão, importará na “decadência” do direito e na continuidade do certame pela Pregoeira, atendendo as regras e condições fixadas no edital, opinando pela adjudicação do objeto da licitação aos proponentes vencedores.

9.20. Da sessão pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para habilitação e dos recursos interpostos.

9.21. A sessão pública não será suspensa, salvo por motivo excepcional, devendo todas e quaisquer informações, acerca do objeto, serem esclarecidas previamente junto à Pregoeira Oficial do Município.

9.21.1. Caso haja necessidade de adiamento da sessão pública, será marcada nova data e/ou novo horário para continuação dos trabalhos, devendo ficar registradas, no mesmo ato, as empresas e seus representantes presentes.

10 - DOS CRITERIOS DE JULGAMENTO

10.1. Será considerada vencedora a proposta de **MENOR PREÇO POR ITEM**, de acordo com o especificado no Anexo I, desde que atendidas as especificações constantes deste edital.

10.2. A pregoeira poderá desclassificar as propostas cujos preços estejam superiores aos praticados no mercado ou suspender a sessão para que seja realizada pesquisa a fim de verificar tal conformidade.

11 - DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

11.1 A impugnação ao edital será feita na forma do art. 41 da Lei nº 8.666/1993, observando-se as seguintes normas:

a) o pedido de impugnação ao edital, por irregularidade na aplicação da Lei 8.666/93, poderá ser feito por qualquer cidadão, devendo ser protocolado até 5 (cinco) dias úteis antes da data marcada para o recebimento dos envelopes;

b) decairá do direito de impugnar o presente edital o licitante que não apontar as falhas ou irregularidades, supostamente existentes no edital, até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a data de realização do certame. Sendo intempestiva, a comunicação do suposto vício não suspenderá o curso do certame.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPANCIRETÃ

Estado do Rio Grande do Sul

R: Exp. João Moreira Alberto, 181 – Cep 98.170-000

Fone (55) 3272 7500 / 3272 1864 - Fax-(55) 3272 2433 – licitacao@tupancireta.rs.gov.br

c) as petições, originais ou em cópias autenticadas, deverão ser protocoladas junto ao Município de Tupanciretã/RS, no horário de expediente, cabendo à Pregoeira conjuntamente com a Assessoria Jurídica do Município, decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

d) Não serão aceitos pedidos de impugnação ao edital apresentados fora do prazo ou enviados via fax, e-mail ou por qualquer outro meio além do previsto na alínea anterior.

11.2 A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório, ao menos até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

11.3 Acolhida a petição, contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, com correção dos itens impugnados.

11.4 Em caso de alteração no texto do edital e de seus anexos, que afete a formulação das propostas, o prazo de divulgação será restituído na íntegra.

12 - DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

12.1. Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos proponentes quanto a interposição de recurso, a Pregoeira opinará pela adjudicação do objeto licitado, o que posteriormente será submetido a autoridade competente para homologação.

12.1.1. A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pela pregoeira **sempre que não houver recurso.**

12.1.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pela pregoeira, **ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.**

12.3. Após a autoridade competente homologar o resultado da licitação, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato dentro do prazo de 5 (cinco) dias consecutivos, a contar da data em que o mesmo for convocado para fazê-lo junto ao Município.

12.4. A Administração poderá, quando o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, se recusar injustificadamente em assinar a **ATA**, retomar a sessão pública e convidar os demais proponentes classificados, segundo a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, ou revogar a licitação independentemente da cominação do art. 81 da Lei 8.666/93.

12.5. O proponente será declarado como desistente, caso não compareça para assinar a ATA dentro do prazo estabelecido, ficando sujeito as seguintes sanções, aplicáveis isoladas ou conjuntamente:

12.5.1. Multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor global de sua proposta, que deverá ser recolhida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão administrativa que a tenha aplicado, garantida a defesa prévia do interessado.

12.5.2. Impedimento de contratar com a Administração por prazo de 3 (três) anos.

13 - DO PAGAMENTO

13.1. O pagamento será efetuado em 30 (trinta) dias após a realização dos serviços, do valor correspondente as partidas e/ou evento arbitrados, mediante apresentação das súmulas das partidas realizadas e da Nota Fiscal, devidamente assinadas e liberadas pelo setor competente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPANCIRETÃ

Estado do Rio Grande do Sul

R: Exp. João Moreira Alberto, 181 – Cep 98.170-000

Fone (55) 3272 7500 / 3272 1864 - Fax-(55) 3272 2433 – licitacao@tupancireta.rs.gov.br

13.2. A Nota Fiscal somente será liberada para pagamento quando o cumprimento do contrato estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

13.3. Juntamente com a Nota Fiscal, a empresa vencedora deverá apresentar a CND Municipal, o Certificado de Regularidade do FGTS e a CND do INSS, com prazo de validade atual.

13.4. O CNPJ do proponente vencedor, constante da nota fiscal, deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

13.5. Nos pagamentos dos serviços contratados, a Secretaria da Fazenda deverá observar o disposto na instrução normativa nº 971/2009, exigindo do proponente vencedor a comprovação relativa à retenção dos valores devidos ao INSS ou então, reter estes valores e fazer o pagamento segundo determinações do órgão, nos percentuais legais, e ainda observar retenções de ISS e IRRF conforme legislação vigente

13.6. Nenhum pagamento será efetuado ao proponente vencedor enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

13.7. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

13.8. As despesas decorrentes da execução desta licitação correrão por conta de Dotação Orçamentária do Órgão da Administração Municipal que vier fazer uso do Registro de Preço, recursos estes previstos no orçamento do Município.

14 - DAS OBRIGAÇÕES

14.1 Do Município:

14.1.1 Atestar nas notas fiscais a efetiva prestação do serviço, objeto desta licitação.

14.1.2 Aplicar à empresa vencedora penalidade, quando for o caso.

14.1.3 Prestar à empresa vencedora toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do contrato.

14.1.4 Efetuar o pagamento à empresa vencedora no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente.

14.1.5 Notificar, por escrito, à empresa vencedora da aplicação de qualquer sanção.

14.2 Da empresa vencedora:

14.2.1 Fornecer o objeto desta licitação nas especificações contidas neste edital.

14.2.2 Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços ofertados.

14.2.3 Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação.

14.2.4 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação.

14.2.5 Fornecer o objeto licitado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta.

14.2.6 Fornecer os serviços dentro dos padrões exigidos neste edital.

15 - DAS PENALIDADES

15.1 - O não cumprimento das obrigações assumidas pelo proponente vencedor ensejará a aplicação das seguintes penalidades:

I - Advertência, por escrito;

II – Multa;

III - Suspensão temporária do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública Local, pelo prazo de 03 (três) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPANCIRETÃ

Estado do Rio Grande do Sul

R: Exp. João Moreira Alberto, 181 – Cep 98.170-000

Fone (55) 3272 7500 / 3272 1864 - Fax-(55) 3272 2433 – licitacao@tupancireta.rs.gov.br

15.1.1. Será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do empenho, quando o proponente vencedor deixar de fornecer os serviços solicitados. Em caso de reincidência o MUNICÍPIO poderá decidir pela aplicação de nova multa ou pela rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais.

15.1.2. Será aplicada multa de 10% (dez por cento) do valor da Ata de Registro de Preço, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução total do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais, quando o fornecimento dos serviços for inferior a 50% (cinquenta por cento) do contratado.

15.2. O valor correspondente a qualquer multa aplicada ao proponente vencedor, respeitado o princípio do contraditório e da ampla defesa, deverá ser depositado no prazo máximo de 10 (dez) dias, após o recebimento da notificação, na forma definida pela legislação, em favor do **MUNICÍPIO DE TUPANCIRETÃ**, ficando a empresa obrigada a comprovar o pagamento, mediante a apresentação da cópia do recibo do depósito efetuado.

15.2.1. Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de juros de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, após o qual, o débito poderá ser cobrado judicialmente.

15.3. No caso do proponente vencedor ser credor de valor suficiente ao abatimento da dívida, o Município poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

15.4. Se a multa aplicada for superior ao total dos pagamentos eventualmente devidos, o proponente vencedor responderá pela sua diferença, podendo esta ser cobrada judicialmente.

15.5. As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá o proponente vencedor de ser acionado judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto ao Município, decorrentes das infrações cometidas.

16 – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

16.1. A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura.

16.2. Nos termos do art. 15, § 4º da Lei Federal 8.666/93, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o Município de Tupanciretã não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, dos serviços objeto da Ata, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

16.3 Considerando o prazo de validade do presente Registro de Preços e baseado nas legislações pertinentes, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data do recebimento das propostas.

16.4 Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face de superveniência de normas federais aplicáveis à espécie ou de alteração dos preços, comprovadamente, praticados no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro da avenca.

16.5 Durante a validade do Registro de Preços o Setor de Compras do Município fará a pesquisa e monitoramento de preços. Sempre que o preço registrado para o item, tornar-se superior ao praticado no mercado, o fornecedor, com preço registrado para o item será notificado para adequá-lo às condições do mercado.

17 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, sem que caiba aos participantes, direito a reclamação ou indenização.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPANCIRETÃ

Estado do Rio Grande do Sul

R: Exp. João Moreira Alberto, 181 – Cep 98.170-000

Fone (55) 3272 7500 / 3272 1864 - Fax-(55) 3272 2433 – licitacao@tupancireta.rs.gov.br

17.2. A simples participação nesta licitação implica na aceitação plena e incondicional do inteiro teor expresso neste edital.

17.3. Na hipótese de rescisão administrativa, prevista no artigo 77 da Lei 8.666/93, a licitante vencedora, desde já, reconhece os direitos da Administração, conforme prevê o artigo 55, inciso IX, do mesmo diploma legal.

17.4. Nenhuma indenização será devida aos proponentes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente Pregão

17.5. É facultado à Pregoeira, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

17.6. Os licitantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pela Pregoeira, sob pena de desclassificação/inabilitação.

17.7. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pela Pregoeira.

17.8. O resultado desta licitação será lavrado em Ata, a qual será assinada pela Pregoeira, Equipe de Apoio e representantes dos proponentes.

17.9. No interesse da Administração, sem que caiba aos participantes qualquer recurso ou indenização, poderá a licitação ter:

- a) adiada sua abertura;
- b) alterado o edital, com fixação de novo prazo para a realização da licitação.

17.10. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

17.11. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, elegem as partes o Foro da cidade de Tupanciretã, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

17.12 Fazem parte deste Edital:

Anexo I – MODELO DA PROPOSTA

Anexo II – PREÇO DE REFERÊNCIA

Anexo III - DECLARAÇÃO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Anexo IV - MODELO DE CREDENCIAMENTO

Anexo V – DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE PROFISSIONAL

Anexo VI - DECLARAÇÃO DAS CONDIÇÕES IMPEDITIVAS

Anexo VII - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO CONSTITUCIONAL

Anexo VIII - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

OBS.: Os anexos preenchidos pela licitante deverão ser impressos contendo no cabeçalho a identificação da empresa proponente, devendo ser excluído o timbre do Município.

Tupanciretã, 03 de novembro de 2015.

Carlos Augusto Brum de Souza
Prefeito de Tupanciretã



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPANCIRETÃ

Estado do Rio Grande do Sul

R: Exp. João Moreira Alberto, 181 – Cep 98.170-000

Fone (55) 3272 7500 / 3272 1864 - Fax-(55) 3272 2433 – licitacao@tupancireta.rs.gov.br

Visto

O edital preenche os requisitos legais atendendo as normas previstas nas Leis Federais 10.520/02 e 8.666/93 e suas alterações posteriores.

De acordo _____/_____/2015

Assessor Jurídico do Município

Certifico que o extrato do Edital do Pregão Presencial nº 37/2015 foi publicado no átrio da Prefeitura Municipal, de 06/11/2015 a 19/11/2015.

Carlos Augusto Brum de Souza
Prefeito de Tupanciretã



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPANCIRETÃ

Estado do Rio Grande do Sul

R: Exp. João Moreira Alberto, 181 – Cep 98.170-000

Fone (55) 3272 7500 / 3272 1864 - Fax-(55) 3272 2433 – licitacao@tupancireta.rs.gov.br

PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2015

ANEXO I – MODELO DA PROPOSTA

FORNECEDOR:

CNPJ:

ENDEREÇO:

CIDADE:

CEP:

ESTADO:

REPRESENTANTE LEGAL:

CPF:

FONE/FAX:

ENDEREÇO ELETRÔNICO:

BANCO:

AGÊNCIA:

CONTA:

Item	Descrição	Qtde	Apres.	Valor Unitário	Valor Total
1	Serviço de Arbitragem das Olimpíadas Inter Bairros , para os jogos das modalidades de voleibol (masculino e feminino), futebol sete (adulto, veterano, infantil, feminino), futsal (masculino, feminino e mirim), handebol (masculino e feminino), corridas de 100m e 1500m (masculino e feminino) e salto em distância (masculino e feminino) Profissionais a serem disponibilizados para o evento: 6 (seis) árbitros, 4 (quatro) assistentes e 5 (cinco) mesários Tempo de duração: cfe. cronograma do evento	1	Unidade		
2	Serviço de Arbitragem das Olimpíadas Rurais , para os jogos nas modalidades: voleibol (duplas / masculino e feminino), futebol sete (adulto, veterano e infantil), futsal (feminino e mirim), canastra, bocha, três sete, corridas de 100m, 800m e 1500m (masculino e feminino) e salto em distância (masculino e feminino) Profissionais a serem disponibilizados para o evento: 10 (dez) árbitros, 10 (dez) assistentes e 8 (oito) mesários Tempo de duração: cfe. cronograma do evento	1	Unidade		
3	Serviço de arbitragem de jogos de futebol de campo, futsal, voleibol, handebol e basquetebol, categoria de base (masculino e feminino) Profissionais a serem disponibilizados para os jogos: 1 (um) árbitro, 1 (um) assistente e 1 (um) mesário	450	Jogos		
4	Serviço de arbitragem de jogos de voleibol de quadra, handebol e basquetebol (masculino e feminino) Profissionais a serem disponibilizados para os jogos: 1 (um) árbitro, 1 (um) assistente e 1 (um) mesário	120	Jogos		



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPANCIRETÃ

Estado do Rio Grande do Sul

R: Exp. João Moreira Alberto, 181 – Cep 98.170-000

Fone (55) 3272 7500 / 3272 1864 - Fax-(55) 3272 2433 – licitacao@tupancireta.rs.gov.br

5	Serviço de arbitragem de jogos escolares, na modalidade de atletismo Profissionais a serem disponibilizados para os jogos: 3 (três) árbitros, 3 (três) assistentes e 1 (um) mesário Turno = 8 horas + 1 hora em caso de prorrogação	1	Turno		
6	Serviço de arbitragem de jogos escolares, na modalidade voleibol, handebol, basquetebol, futsal, futebol sete (masculino e feminino) Profissionais a serem disponibilizados para os jogos: 2 (dois) árbitros, 2 (dois) assistentes e 1 (um) mesário Turno = 8 horas + 1 hora em caso de prorrogação	1	Turno		
7	Serviço de arbitragem do torneio de xadrez Profissionais a serem disponibilizados para os jogos: 10 (dez) árbitros e 1 (um) mesário Turno = 8 horas + 1 hora em caso de prorrogação	1	Turno		
8	Serviço de arbitragem dos jogos do circuito de voleibol de areia (duplas), masculino e feminino Profissionais a serem disponibilizados para os jogos: 1 (um) árbitro, 1 (um) assistente e 1 (um) mesário	100	Jogos		
9	Serviço de arbitragem na modalidade de atletismo (masculino e feminino) Profissionais a serem disponibilizados para os jogos: 3 (três) árbitros, 3 (três) assistentes e 1 (um) mesário Turno = 8 horas + 1 hora em caso de prorrogação	1	Turno		
10	Serviço de arbitragem para jogos de Campeonato de Futebol de Campo (livre masculino e feminino, juvenil, veterano e master) Profissionais a serem disponibilizados para os jogos: 1 (um) árbitro, 2 (dois) assistentes e 1 (um) mesário	150	Jogos		
11	Serviço de arbitragem para jogos de Campeonato de Futebol de Salão (masculino e feminino) Profissionais a serem disponibilizados para os jogos: 1 (um) árbitro, 1 (um) assistente e 1 (um) mesário	200	Jogos		
12	Serviço de arbitragem para jogos de Campeonato de Futebol Sete (livre, veterano e master, masculino e feminino) Profissionais a serem disponibilizados para os jogos: 1 (um) árbitro, 1 (um) assistente e 1 (um) mesário	250	Jogos		
13	Serviço de arbitragem para jogos do Guri Bom de Bola Profissionais a serem disponibilizados para os jogos: 2 (dois) árbitros, 2 (dois) assistentes e	1	Turno		



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPANCIRETÃ

Estado do Rio Grande do Sul

R: Exp. João Moreira Alberto, 181 – Cep 98.170-000

Fone (55) 3272 7500 / 3272 1864 - Fax-(55) 3272 2433 – licitacao@tupancireta.rs.gov.br

1 (um) mesário Turno = 8 horas + 1 hora em caso de prorrogação				
---	--	--	--	--

DECLARAÇÕES

1. Declaramos que os preços cotados na proposta compreendem todas as despesas com salários, encargos sociais e trabalhistas, impostos, taxas, seguros, deslocamentos e quaisquer outras que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação.
2. Declaramos que uma vez confirmada a data e o horário dos jogos do campeonato e/ou do evento os árbitros, assistentes e mesários serão disponibilizados para a realização dos serviços de arbitragem.
3. Declaramos que o prazo de validade para a nossa proposta é de 60 (sessenta) dias.

DATA: _____

Identificação e assinatura do representante legal



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPANCIRETÃ

Estado do Rio Grande do Sul

R: Exp. João Moreira Alberto, 181 – Cep 98.170-000

Fone (55) 3272 7500 / 3272 1864 - Fax-(55) 3272 2433 – licitacao@tupancireta.rs.gov.br

PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2015

ANEXO II - PREÇO DE REFERÊNCIA

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unitário
1	Serviço de Arbitragem das Olimpíadas Inter Bairros , para os jogos das modalidades de voleibol (masculino e feminino), futebol sete (adulto, veterano, infantil, feminino), futsal (masculino, feminino e mirim), handebol (masculino e feminino), corridas de 100m e 1500m (masculino e feminino) e salto em distância (masculino e feminino) Profissionais a serem disponibilizados para o evento: 6 (seis) árbitros, 4 (quatro) assistentes e 5 (cinco) mesários Tempo de duração: cfe. cronograma do evento	1	Unidade	4.200,00
2	Serviço de Arbitragem das Olimpíadas Rurais , para os jogos nas modalidades: voleibol (duplas / masculino e feminino), futebol sete (adulto, veterano e infantil), futsal (feminino e mirim), canastra, bocha, três sete, corridas de 100m, 800m e 1500m (masculino e feminino) e salto em distância (masculino e feminino) Profissionais a serem disponibilizados para o evento: 10 (dez) árbitros, 10 (dez) assistentes e 8 (oito) mesários Tempo de duração: cfe. cronograma do evento	1	Unidade	5.500,00
3	Serviço de arbitragem de jogos de futebol de campo, futsal, voleibol, handebol e basquetebol, categoria de base (masculino e feminino) Profissionais a serem disponibilizados para os jogos: 1 (um) árbitro, 1 (um) assistente e 1 (um) mesário	450	Jogos	80,00
4	Serviço de arbitragem de jogos de voleibol de quadra, handebol e basquetebol (masculino e feminino) Profissionais a serem disponibilizados para os jogos: 1 (um) árbitro, 1 (um) assistente e 1 (um)	120	Jogos	90,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPANCIRETÃ

Estado do Rio Grande do Sul

R: Exp. João Moreira Alberto, 181 – Cep 98.170-000

Fone (55) 3272 7500 / 3272 1864 - Fax-(55) 3272 2433 – licitacao@tupancireta.rs.gov.br

	mesário			
5	Serviço de arbitragem de jogos escolares, na modalidade de atletismo Profissionais a serem disponibilizados para os jogos: 3 (três) árbitros, 3 (três) assistentes e 1 (um) mesário Turno = 8 horas + 1 hora em caso de prorrogação	1	Turno	1.100,00
6	Serviço de arbitragem de jogos escolares, na modalidade voleibol, handebol, basquetebol, futsal, futebol sete (masculino e feminino) Profissionais a serem disponibilizados para os jogos: 2 (dois) árbitros, 2 (dois) assistentes e 1 (um) mesário Turno = 8 horas + 1 hora em caso de prorrogação	1	Turno	1.100,00
7	Serviço de arbitragem do torneio de xadrez Profissionais a serem disponibilizados para os jogos: 10 (dez) árbitros e 1 (um) mesário Turno = 8 horas + 1 hora em caso de prorrogação	1	Turno	1.800,00
8	Serviço de arbitragem dos jogos do circuito de voleibol de areia (duplas), masculino e feminino Profissionais a serem disponibilizados para os jogos: 1 (um) árbitro, 1 (um) assistente e 1 (um) mesário	100	Jogos	90,00
9	Serviço de arbitragem na modalidade de atletismo (masculino e feminino) Profissionais a serem disponibilizados para os jogos: 3 (três) árbitros, 3 (três) assistentes e 1 (um) mesário Turno = 8 horas + 1 hora em caso de prorrogação	1	Turno	1.100,00
10	Serviço de arbitragem para jogos de Campeonato de Futebol de Campo (livre masculino e feminino, juvenil, veterano e máster) Profissionais a serem disponibilizados para os jogos: 1 (um) árbitro, 2 (dois) assistentes e 1 (um) mesário	150	Jogos	290,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPANCIRETÃ

Estado do Rio Grande do Sul

R: Exp. João Moreira Alberto, 181 – Cep 98.170-000

Fone (55) 3272 7500 / 3272 1864 - Fax-(55) 3272 2433 – licitacao@tupancireta.rs.gov.br

11	Serviço de arbitragem para jogos de Campeonato de Futebol de Salão (masculino e feminino) Profissionais a serem disponibilizados para os jogos: 1 (um) árbitro, 1 (um) assistente e 1 (um) mesário	200	Jogos	130,00
12	Serviço de arbitragem para jogos de Campeonato de Futebol Sete (livre, veterano e master, masculino e feminino) Profissionais a serem disponibilizados para os jogos: 1 (um) árbitro, 1 (um) assistente e 1 (um) mesário	250	Jogos	130,00
13	Serviço de arbitragem para jogos do Guri Bom de Bola Profissionais a serem disponibilizados para os jogos: 2 (dois) árbitros, 2 (dois) assistentes e 1 (um) mesário Turno = 8 horas + 1 hora em caso de prorrogação	1	Turno	1.100,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPANCIRETÃ

Estado do Rio Grande do Sul

R: Exp. João Moreira Alberto, 181 – Cep 98.170-000

Fone (55) 3272 7500 / 3272 1864 - Fax-(55) 3272 2433 – licitacao@tupancireta.rs.gov.br

PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2015 ANEXO III - DECLARAÇÃO DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

(Nome da empresa), CNPJ nº, sediada na, (endereço da empresa, cidade e Estado), DECLARA que preenche plenamente os requisitos de habilitação estabelecidos no presente edital, do Pregão Presencial nº 37/2015, sob pena da aplicação da penalidade de suspensão temporária do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo de 03 (três) anos.

DATA: _____

Identificação e assinatura do representante legal



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPANCIRETÃ

Estado do Rio Grande do Sul

R: Exp. João Moreira Alberto, 181 – Cep 98.170-000

Fone (55) 3272 7500 / 3272 1864 - Fax-(55) 3272 2433 – licitacao@tupancireta.rs.gov.br

PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2015

ANEXO IV - MODELO DE CREDENCIAMENTO

_____, inscrita no CNPJ sob nº _____,
sediada na _____, neste ato representada pelo (a) Sr (a) _____,
portador da cédula de identidade nº _____, residente e domiciliado na
_____, inscrito no CPF sob nº _____, detentor de amplos poderes para
nomeação de representante para que lhe faça as vezes para fins licitatórios, confere-os à
_____, portador da cédula de identidade nº _____,
inscrito no CPF sob nº _____, com o fim específico de representar a outorgante perante a
Prefeitura de Tupanciretã/RS, no Pregão Presencial nº 37/2015, podendo assim retirar editais, propor seu
credenciamento e oferta em lances verbais em nome da representada, e ainda assinar atas, firmar
compromissos, enfim, todos aqueles atos que se fizerem necessários para o bom e fiel cumprimento do
presente mandato.

_____, ____ de _____ de _____.

Outorgante (reconhecer firma)



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPANCIRETÃ

Estado do Rio Grande do Sul

R: Exp. João Moreira Alberto, 181 – Cep 98.170-000

Fone (55) 3272 7500 / 3272 1864 - Fax-(55) 3272 2433 – licitacao@tupancireta.rs.gov.br

PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2015

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE PROFISSIONAL

A empresa....., inscrita no CNPJ nº
....., por intermédio de seu representante legal,
Sr.(a)..... portador (a) da Carteira de Identidade
nº..... e do CPF nº DECLARA, sob as penas da lei,
que disponibilizará profissionais capacitados e qualificados para realização dos serviços de arbitragem,
dentro dos padrões de qualidade exigidos.

DATA: _____

Identificação e assinatura do representante legal



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPANCIRETÃ

Estado do Rio Grande do Sul

R: Exp. João Moreira Alberto, 181 – Cep 98.170-000

Fone (55) 3272 7500 / 3272 1864 - Fax-(55) 3272 2433 – licitacao@tupancireta.rs.gov.br

PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2015 **ANEXO VI - DECLARAÇÃO QUE NÃO INCORRE** **EM CONDIÇÕES IMPEDITIVAS**

(Nome da empresa), CNPJ nº, sediada na
(endereço da empresa, cidade e Estado), DECLARA, sob as penas da lei, que não incorre em nenhuma das condições impeditivas, abaixo descritas:

- não foi declarada inidônea pelo Poder Público;
- não está impedida de transacionar com a Administração Pública;
- não foi penalizada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;
- não incorre nas demais condições impeditivas previstas no art. 9º da Lei 8.666/93;
- que não tem em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços prestados, inclusive de consultoria, assistência técnica ou assemelhados.

DATA: _____

Identificação e assinatura do representante legal



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPANCIRETÃ

Estado do Rio Grande do Sul

R: Exp. João Moreira Alberto, 181 – Cep 98.170-000

Fone (55) 3272 7500 / 3272 1864 - Fax-(55) 3272 2433 – licitacao@tupancireta.rs.gov.br

PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2015

ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

CONSTITUCIONAL

....., inscrita no CNPJ nº
....., por intermédio de seu representante legal,
Sr.(a)..... portador (a) da Carteira de Identidade
nº..... e do CPF nº DECLARA, para fins de
atendimento ao Inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93, que cumpre com o disposto no inciso XXXIII do art. 7º
da Constituição Federal, não empregando menor de dezoito (18) anos em trabalho noturno, perigoso ou
insalubre e não empregando menor de dezesseis (16) anos.

Ressalva: Emprega menor, a partir de quatorze (14) anos, na condição de aprendiz ()

Observação: Em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

DATA: _____

Identificação e assinatura do representante legal



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPANCIRETÃ

Estado do Rio Grande do Sul

R: Exp. João Moreira Alberto, 181 – Cep 98.170-000

Fone (55) 3272 7500 / 3272 1864 - Fax-(55) 3272 2433 – licitacao@tupancireta.rs.gov.br

ANEXO VIII

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/____

(Ref. Pregão Presencial nº 37/2015)

VALIDADE 12 (DOZE) MESES

O **MUNICÍPIO DE TUPANCIRETÃ-RS**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno do Estado do Rio Grande do Sul, inscrita no CNPJ sob nº 88.227.764/0001-65, com sede na Rua Expedicionário João Moreira Alberto, 181 em Tupanciretã -RS, neste ato representado pelo Prefeito, **Sr. CARLOS AUGUSTO BRUM DE SOUZA**, doravante simplesmente denominado **CONTRATANTE**, e a empresa, doravante simplesmente denominada **DETENTORA DA ATA**, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 2790/2007 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº 37/2015, homologado em, para **REGISTRO DE PREÇO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA COMPETIÇÕES MUNICIPAIS**, conforme consta do processo administrativo nº 3574, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei 8.666/93, suas alterações posteriores e as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO (Processo LC:))

1.1 A presente ATA tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA COMPETIÇÕES MUNICIPAIS**, abaixo relacionados, para solicitações futuras e parceladas:

1.2 O acompanhamento e a fiscalização da realização dos serviços serão de responsabilidade da Secretária Municipal de Esporte, Cultura e Turismo, **Sr^a Janete Lúcia Secchi**, ou outro funcionário expressamente por ela designado.

1.3 As datas e os horários dos jogos dos campeonatos e/ou do evento serão previamente agendados por servidor designado pela Secretária Municipal de Esporte, Cultura e Turismo, sendo que a Detentora da Ata deverá ter disponibilidade para arbitrar durante a semana e nos finais de semana, nos turnos manhã, tarde, vespertino e noite, conforme tabelas de jogos e horários das competições.

1.4 A Detentora da Ata deverá estar ciente da responsabilidade de disponibilizar **árbitros, assistentes e mesários**, com comprovada experiência e maiores de idade, independentemente de qual seja a data agendada para a realização dos jogos, na quantidade prevista para cada categoria, conforme especificação constante da tabela do item 1.1 da Ata de Registro de Preço.

1.5 Toda equipe de arbitragem deverá estar no local dos jogos com no mínimo 30 minutos antes do início dos jogos, conforme horário previsto no cronograma do campeonato.

1.6 A equipe de arbitragem deverá comparecer no local de realização dos jogos devidamente uniformizados, portando todo o material necessário à prestação dos serviços, tais como apito, cartões, cronômetro, bandeiras para os assistentes, etc, bem como um uniforme reserva para o caso de coincidir com o uniforme das equipes.

1.7 A equipe deverá arbitrar de acordo com as regras oficiais, respeitando os pormenores do regulamento oficial das competições, bem como estarem inteiradas com os objetivos e finalidades dos jogos e com o processo educativo da competição.

1.8 Caberá ao mesário o preenchimento da súmula de forma correta e clara, anotando todos os fatos ocorridos durante o jogo, conforme relato do árbitro.

1.9 A duração dos jogos e/ou eventos serão assim definidos:

- **Turno** = 8 horas + 1 hora em caso de prorrogação
- **Unidade** = conforme cronograma do evento
- **Jogos** – Deverão ser respeitados os tempos regulamentares para cada modalidade



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPANCIRETÃ

Estado do Rio Grande do Sul

R: Exp. João Moreira Alberto, 181 – Cep 98.170-000

Fone (55) 3272 7500 / 3272 1864 - Fax-(55) 3272 2433 – licitacao@tupancireta.rs.gov.br

1.10 O servidor designado pela Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo reserva-se o direito de exigir a troca do Mesário ou qualquer integrante da equipe da arbitragem, caso o serviço não esteja sendo realizado de forma satisfatória.

1.11 As súmulas dos jogos deverão ser entregues ao final de cada rodada ao servidor indicado pela Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo.

1.12 Os jogos que por ventura venham a ser interrompidos e que necessite de conclusão e/ou realização de nova partida, serão considerados como sendo um único jogo para efeito de pagamento.

1.13 Todas as despesas, tais como transporte, deslocamentos, estada, alimentação, bem como fardamentos e demais materiais que se fizerem necessários ao desenvolvimento da prestação dos serviços, correrão por conta da Detentora da Ata.

1.14 Aquele que estiver atuando na equipe de arbitragem ficará impedido de participar em 2015/2016 na condição de atleta ou dirigente de Equipe, de toda e qualquer competição organizada pela Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo.

1.15. Os serviços serão solicitados de acordo com a necessidade do Município de Tupanciretã.

1.16. As quantidades, constantes neste edital, são uma estimativa para o período de 12 (doze) meses, podendo ser adquirida para mais ou para menos, a critério da Administração Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura.

2.2. Nos termos do art. 15, § 4º da Lei Federal 8.666/93, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o Município de Tupanciretã não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, dos serviços, objeto da Ata, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta ATA, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do Pregão Presencial nº 37/2015, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transição, por ser de pleno conhecimento das partes.

2.4. Durante a validade do Registro de Preços o Setor de Compras do Município fará a pesquisa e monitoramento de preços. Sempre que o preço registrado para o item, tornar-se superior ao praticado no mercado, o fornecedor, com preço registrado para o item será notificado para adequá-lo às condições do mercado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

3.1. O pagamento será efetuado em 30 (trinta) dias após a realização dos serviços, do valor correspondente as partidas e/ou evento arbitrados, mediante apresentação das súmulas das partidas realizadas e da Nota Fiscal, devidamente assinadas e liberadas pelo setor competente.

Dados bancários para pagamento

Banco: **Agência:** **Conta Corrente**

3.2. A Nota Fiscal somente será liberada para pagamento quando o cumprimento do contrato estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

3.3 Juntamente com a Nota Fiscal, a Detentora da Ata deverá apresentar a CND Municipal, o Certificado de Regularidade do FGTS e a CND do INSS, com prazo de validade atual.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPANCIRETÃ

Estado do Rio Grande do Sul

R: Exp. João Moreira Alberto, 181 – Cep 98.170-000

Fone (55) 3272 7500 / 3272 1864 - Fax-(55) 3272 2433 – licitacao@tupancireta.rs.gov.br

3.4. O CNPJ da Detentora da Ata, constante da nota fiscal, deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.5 Nos pagamentos dos serviços contratados, a Secretaria da Fazenda deverá observar o disposto na instrução normativa nº 971/2009, exigindo da Detentora da Ata a comprovação relativa à retenção dos valores devidos ao INSS ou então, reter estes valores e fazer o pagamento segundo determinações do órgão, nos percentuais legais, e ainda observar retenções de ISS e IRRF conforme legislação vigente

3.6. Nenhum pagamento será efetuado a Detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

3.7. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes da execução desta Ata correrão por conta de Dotação Orçamentária do Órgão da Administração Municipal que vier fazer uso do Registro de Preço, recursos estes previstos no orçamento do Município.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES

5.1 Do Município:

- 5.1.1 Atestar nas notas fiscais a efetiva realização dos serviços, objeto desta Ata.
- 5.1.2 Aplicar à Detentora da Ata penalidade, quando for o caso.
- 5.1.3 Prestar à Detentora da Ata toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do contrato.
- 5.1.4 Efetuar o pagamento à Detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente.
- 5.1.5 Notificar, por escrito, à Detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.2 Da Detentora da Ata:

- 5.2.1 Fornecer o objeto nas especificações contidas nesta Ata.
- 5.2.2 Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços ofertados.
- 5.2.3 Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação.
- 5.2.4 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta Ata.
- 5.2.5 Fornecer o objeto no preço, prazo e forma estipulados na proposta.
- 5.2.6 Fornecer os serviços dentro dos padrões exigidos nesta Ata.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da Nota de Empenho pela Detentora.

6.2 A Detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 Toda aquisição deverá efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de Nota de Empenho.

6.4 A Detentora da Ata, quando do recebimento da Nota de Empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e a hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPANCIRETÃ

Estado do Rio Grande do Sul

R: Exp. João Moreira Alberto, 181 – Cep 98.170-000

Fone (55) 3272 7500 / 3272 1864 - Fax-(55) 3272 2433 – licitacao@tupancireta.rs.gov.br

6.5 A cópia da Nota de Empenho, referida no item anterior deverá ser devolvida, a fim de ser anexada ao processo de administração da Ata.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 - O não cumprimento das obrigações assumidas pela Detentora da Ata ensejará a aplicação das seguintes penalidades:

- I - Advertência, por escrito;
- II – Multa;
- III - Suspensão temporária do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública Local, pelo prazo de 03 (três) anos;
- IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

7.1.1. Será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do empenho, quando a Detentora da Ata deixar de fornecer os serviços solicitados. Em caso de reincidência o MUNICÍPIO poderá decidir pela aplicação de nova multa ou pela rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais.

7.1.2. Será aplicada multa de 10% (dez por cento) do valor total da Ata de Registro de Preço, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução total do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais, quando o fornecimento dos serviços for inferior a 50% (cinquenta por cento) do contratado.

7.2. O valor correspondente a qualquer multa aplicada à Detentora da Ata, respeitado o princípio do contraditório e da ampla defesa, deverá ser depositado no prazo máximo de 10 (dez) dias, após o recebimento da notificação, na forma definida pela legislação, em favor do **MUNICÍPIO DE TUPANCIRETÃ**, ficando a empresa obrigada a comprovar o pagamento, mediante a apresentação da cópia do recibo do depósito efetuado.

7.2.1. Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de juros de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, após o qual, o débito poderá ser cobrado judicialmente.

7.3. No caso da Detentora da Ata ser credora de valor suficiente ao abatimento da dívida, o Município poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

7.4. Se a multa aplicada for superior ao total dos pagamentos eventualmente devidos, a Detentora da Ata responderá pela sua diferença, podendo esta ser cobrada judicialmente.

7.5. As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a Detentora da Ata de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto ao Município, decorrentes das infrações cometidas.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Considerando o prazo de validade do presente Registro de Preços e baseado nas legislações pertinentes, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data do recebimento das propostas.

8.2. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face de superveniência de normas federais aplicáveis à espécie ou de alteração dos preços, comprovadamente, praticados no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro da avenca.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela Administração, quando:



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPANCIRETÃ

Estado do Rio Grande do Sul

R: Exp. João Moreira Alberto, 181 – Cep 98.170-000

Fone (55) 3272 7500 / 3272 1864 - Fax-(55) 3272 2433 – licitacao@tupancireta.rs.gov.br

9.1.1. a Detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.1.2. a Detentora não retirar qualquer Nota de Empenho, no prazo estabelecido e a administração não aceitar a justificativa;

9.1.3. a Detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério da Administração, observada a legislação em vigor;

9.1.4. em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pela Administração, com observância das disposições legais;

9.1.5. os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a Detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.1.6. por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela administração;

9.2. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, por duas vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.3. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da Administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e alterações.

9.3.1. A solicitação da Detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula Oitava, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA AUTORIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1 A realização dos serviços, objeto da presente Ata de Registro de Preços, **serão formalizadas através da emissão de empenho**, autorizadas, em cada caso, pelo Ordenador de Despesa correspondente.

10.1.1. A emissão das Notas de Empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS COMUNICAÇÕES

11.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 37/2015 e a proposta da Detentora da Ata.

12.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores, com as disposições da Lei 10.520/02 e com o Decreto Municipal 2790/2007, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Tupanciretã - RS, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que for, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas da presente Ata.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPANCIRETÃ

Estado do Rio Grande do Sul

R: Exp. João Moreira Alberto, 181 – Cep 98.170-000

Fone (55) 3272 7500 / 3272 1864 - Fax-(55) 3272 2433 – licitacao@tupancireta.rs.gov.br

E, por estarem ambas as partes de pleno acordo com as disposições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, aceitam cumprir fielmente as normas legais e regulamentares, assinam a presente em 02 (duas) vias de igual efeito e teor, para que produza os seus devidos e legais efeitos.

Tupanciretã - RS, de de

Carlos Augusto Brum de Souza
Prefeito de Tupanciretã – CONTRATANTE

Detentora da Ata